



**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

Ofício nº 50/2021 – AJ/CRS – Diversos

Belo Horizonte, 28 de julho de 2021.

**Ao Exmo. Senhor
Adonias Monteiro
Conselheiro do
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte/MG**

Assunto: Esclarecimentos sobre a análise do edital nº 07/2021 - DRH/CRS - CFSd QPE
Referência: Processo 1102396

Senhor Conselheiro,

Em atenção ao ofício de referência, apresento a Vossa Excelência as informações e esclarecimento referentes a cada apontamento realizado:

Observação 1: *Esclareça o quantitativo de vagas criadas por lei para o cargo de “Soldado 2ª Classe, referente ao Quadro de Praças Especialistas”, bem como quantas dessas vagas estão ocupadas e quantas estão disponíveis. Subitem 2.2.1 do relatório técnico.*

Esclarecimento:

Verifica-se ter havido um equívoco na alimentação das informações no FISCAP. Os cargos ofertados estão previstos na Lei 22.415/2016, com atualização trazida pelo Decreto nº 48.085/2020, que estabelece o total 2.158 (dois mil cento e cinquenta e oito) cargos para o Quadro de Praças Especialistas da Polícia Militar (QPE-PM). Desses, 931 (novecentos e trinta e um) estão ocupados, conforme atualização de dados disponibilizada em 25 de junho de 2021.

Dessa forma, verifica-se a existência de 1.227 (mil duzentos e vinte e sete) vagas no QPE-PM, cujo provimento inicial se dá no cargo de Sd de 2ª Classe, conforme previsões trazidas no art. 13, §4º da Lei nº 5.301/1969 e no art. 4º da Lei nº 22.415/2016. Do total de vagas disponíveis, foi autorizado pelo Governo do Estado o preenchimento de 84 (oitenta e quatro). As alterações serão inseridas no FISCAP, caso seja possível a alteração.



Observação 2: *Apresente a lei que estabelece o requisito específico (curso técnico) previsto pelo Edital n. 07/2021, subitem 2.1.1, para as seguintes especialidades: Auxiliar de Comunicações, Armeiro, Auxiliar de Motomecanização de viaturas. Subitem 2.2.2, “b”, do relatório técnico.*

Esclarecimento:

A função de Praça Especialista da Polícia Militar é prevista desde a redação original do da Lei 5.301, de 16 de outubro de 1969 (Estatuto dos militares do Estado de Minas Gerais - EMEMG). Sua existência justifica-se pela necessidade que a Instituição possui de manter o suporte técnico às atividades operacionais da instituição, nas mais diversas áreas corporativas como assistência à saúde, telecomunicações, material bélico, mecânica de viaturas etc. Nota-se que o conhecimento técnico-profissional necessário ao exercício da função de especialista sempre foi exigido para ingresso, o que justifica a existência de um quadro diferente do quadro regular.

Com a evolução da Instituição, sua organização interna passou por alterações, sendo que a Lei Complementar 95, de 17 de janeiro de 2007, tratou por organizar as praças especialistas em um único quadro, denominado Quadro de Praças Especialistas da Polícia Militar (QPE-PM), onde foram concentradas todas as especialidades, sem subdividi-las no texto da lei, como ocorria anteriormente.

A concentração das especialidades em um único quadro permitiu à instituição definir as qualificações profissionais e as especialidades necessárias para manutenção e suporte à execução operacional, oportunizando maior flexibilidade na definição de especialidades que seriam recrutadas diante do contexto de rápida evolução tecnológica e constantes alterações no conteúdo dos cursos técnicos e profissionalizantes.

Posteriormente, por meio da Lei Complementar 115, de 05 de outubro de 2010, o nível de escolaridade exigido para ingresso nos quadros de praças da Polícia Militar foi alterado. A exigência para ingresso na carreira, que antes era de nível médio de escolaridade, passou a ser de formação em nível superior, tanto no Quadro de Praças quanto no Quadro de Praças Especialistas.

Todavia, essa exigência em nada alterou as atribuições dos cargos e a necessidade de que as atividades técnicas continuassem a ser executadas, conforme demonstram as atribuições do cargo indicadas no item 3 e seguinte do Edital. Dessa forma, após a alteração legislativa, além da formação técnica ou profissionalizante que sempre foi exigida, a Lei 5.301 passou a exigir também nível superior de escolaridade para acesso à carreira de Praça da Polícia Militar, atribuindo ao edital do concurso estabelecer a área de concentração (área do conhecimento) de acordo com a necessidade institucional.



As atividades inerentes à função de praça especialista são eminentemente técnicas, voltadas à atividade de execução. Para esse tipo de atividade é imprescindível a comprovação de habilitação técnica, e essa necessidade é o que justifica a existência de um Quadro específico para essa categoria profissional.

Além disso, as especialidades definidas no edital são, em grande parte, profissões regulamentadas por legislação própria e organizadas em Conselhos Profissionais, como é o caso das vagas destinadas a Técnico em Enfermagem, Técnico em Análises Clínicas e Técnico em Saúde Bucal. Conforme a regulamentação dessas profissões, a formação em nível técnico e o registro no respectivo conselho são requisitos para o exercício da profissão, vedando-se, por exemplo, que uma pessoa com formação superior em enfermagem exerça a profissão de técnico em enfermagem, sem que tenha a formação técnica.

A exigência somente de curso em nível superior, sem a formação técnica compatível com o cargo ofertado inviabiliza a execução das atividades da instituição, afinal, qual seria o profissional habilitado a realizar a manutenção em viaturas se não um profissional com formação técnica na área da mecânica de automóveis.

Pelos motivos expostos, os editais de concurso para o QPE exigiram regularmente a formação técnica compatível com o cargo ofertado, sem que isso tenha sido considerado irregular, conforme pode ser observado nos editais dos anos de 2007 a 2018 (Quadro 1):

Quadro 1 – Editais de concursos para especialistas com exigência de curso técnico

Nº DO EDITAL	CATEGORIA QPE
11/2018	Músico
10/2018	Técnico de enfermagem Auxiliares de farmácia Técnico em patologia clínica Técnico de saúde bucal
15/2016	Técnico em enfermagem
14/2016	Analista de farmácia
09/2014	Técnico de enfermagem Auxiliar de farmácia Auxiliar em saúde bucal Músicos
15/2012	Técnico de enfermagem Técnico em patologia clínica Auxiliar em saúde bucal



	Auxiliar de comunicações Músicos
12/2007 (1)	Auxiliar de saúde Auxiliar de comunicações Auxiliar de armamento Auxiliar de motomecanização

(1) Para este edital ainda não era exigido o curso superior

*editais disponíveis em www.policiamilitar.mg.gov.br/crs

No quadro abaixo demonstramos a necessidade da exigência da formação técnica-profissionalizante para o exercício dos cargos ofertados com a regulamentação da profissão e as atribuições exigidas (Quadro 2):

Quadro 2 – Legislação alusiva e atribuições dos cargos de especialistas

CARGO PRETENDIDO	LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL	ATRIBUIÇÕES
Técnico em Enfermagem	Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987 BRASIL. Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Resolução COFEN Nº 609, de 1º de julho de 2019 BRASIL Resolução COFEN Nº 609, de 1º de julho de 2019. Atualiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, os procedimentos para registro de especialização técnica de nível médio em Enfermagem concedida aos Técnicos de	O Técnico em Enfermagem será habilitado para: Realizar, sob a supervisão do enfermeiro, cuidados integrais de enfermagem a indivíduos, família e grupos sociais vulneráveis ou não. Atuar na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença em todo o ciclo vital. Participar do planejamento e da execução das ações de saúde junto à equipe multidisciplinar, considerando as normas de biossegurança, envolvendo curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, cuidados pós-morte, mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais. Preparar o paciente para os procedimentos de saúde. Participar de comissões de certificação de serviços de saúde, tais como núcleo de segurança do paciente, serviço de controle de infecção hospitalar, gestão da qualidade dos serviços prestados à população, gestão de riscos, de comissões de ética de enfermagem, transplantes, óbitos e outros. Colaborar com o enfermeiro em ações de

Documento assinado. Verifique a autenticidade em:

<https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar?id=B112FCFCB2C6>



2021: 40 anos da força e leveza
da Mulher na Polícia Militar

	<p>Enfermagem e aos Auxiliares de Enfermagem. Brasília, 2019.</p> <p>Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências.</p>	<p>comissões de certificação de serviços de saúde, tais como núcleo de segurança do paciente, serviço de controle de infecção hospitalar, gestão da qualidade dos serviços prestados à população, gestão de riscos, comissões de ética de enfermagem, transplantes, óbitos e outros.</p> <p>Para a atuação como Técnico em Enfermagem, são fundamentais:</p> <p>Conhecimentos das políticas públicas de saúde e compreensão de atuação profissional frente às diretrizes, aos princípios e à estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS). Conhecimentos e saberes relacionados aos princípios das técnicas aplicadas na área, sempre pautados numa postura humana e ética. Resolução de situações-problema, comunicação, trabalho em equipe e interdisciplinar, domínio das tecnologias da informação e da comunicação, gestão de conflitos e ética profissional. Organização e responsabilidade. Iniciativa social. Determinação e criatividade, promoção da humanização da assistência. Atualização e aperfeiçoamento profissional por meio da educação continuada.</p>
Técnico em Saúde Bucal	<p>Lei 11.889, de 24 de dezembro de 2008 BRASIL. Lei 11.889, de 24 de dezembro de 2008. Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal (TSB) e de Auxiliar em Saúde Bucal - ASB. Diário Oficial da União: seção 1, DF, p. 2, 26/12/2008.</p> <p>Resolução CFO nº 207, de 18 de junho de 2019</p>	<p>O Técnico em Saúde Bucal atua sob a supervisão do cirurgião-dentista e será habilitado para:</p> <p>Auxiliar na promoção da saúde bucal. Auxiliar na prevenção e no controle de doenças bucais. Auxiliar atividades clínicas voltadas ao restabelecimento da saúde, estética e função mastigatória do indivíduo. Participar de programas educativos voltados à saúde bucal. Contribuir na realização de estudos epidemiológicos em saúde bucal. Instrumentar o cirurgião-dentista.</p>

Documento assinado. Verifique a autenticidade em:

<https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar?id=B112FCFCB2C6>



2021: 40 anos da força e leveza
da Mulher na Polícia Militar

		<p>CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução CFO nº 207, de 18 de junho de 2019. Reconhece e regulamenta o escaneamento intraoral pelo Cirurgião-Dentista e Técnico em Saúde Bucal.</p>	<p>Realizar tomadas radiográficas e fotográficas de uso odontológico. Realizar escaneamento intraoral. Controlar estoques. Supervisionar a manutenção dos equipamentos. Organizar o ambiente de trabalho odontológico. Exercer suas competências em âmbito hospitalar.</p> <p>Para a atuação como Técnico em Saúde Bucal, são fundamentais:</p> <p>Conhecimento sobre as políticas públicas de saúde e compreensão da atuação profissional frente às diretrizes, aos princípios e à estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS). Conhecimentos e saberes relacionados aos princípios das técnicas aplicadas na área, sempre pautados numa postura humana e na ética do cuidado. Organização e responsabilidade, iniciativa social, determinação e criatividade, promoção da humanização da assistência. Resolução de situações-problema, gestão de conflitos, trabalho em equipe e interdisciplinar de forma colaborativa, comunicação e ética profissional.</p>
Técnico Farmácia	em	<p>Profissão não regulamentada, motivo pelo qual não se exige registro em Conselho profissional, no entanto a profissão exige conhecimento de preceitos técnicos específicos para o regular desempenho na atividade, sem acarretar qualquer dano à coletividade. Há no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC) curso</p>	<p>O Técnico em Farmácia será habilitado para:</p> <p>Atender, sob a supervisão do farmacêutico, as prescrições de medicamentos e cosméticos, interpretando a prescrição, separando e fornecendo o produto solicitado e encaminhando ao farmacêutico casos específicos. Auxiliar em processos administrativos relacionados ao âmbito farmacêutico. Auxiliar na produção e no controle de logística de produtos em indústrias farmacêuticas e afins. Executar, como auxiliar, as rotinas de compra, armazenamento e entrega de</p>

Documento assinado. Verifique a autenticidade em:

<https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar?id=B112FCFCB2C6>



2021: 40 anos da força e leveza
da Mulher na Polícia Militar

	<p>técnico específico para o exercício da profissão.</p>	<p>produtos farmacêuticos e correlatos. Identificar e classificar produtos e formas farmacêuticas.</p> <p>Participar da rotina de testes em laboratórios de pesquisa vinculados a universidades, faculdades, institutos de pesquisa e indústrias farmacêuticas.</p> <p>Realizar o controle e a manutenção do estoque de produtos e matérias-primas farmacêuticas.</p> <p>Realizar operações farmacotécnicas, manipulação de formas farmacêuticas (alopáticas, fitoterápicas, homeopáticas, cosméticas e afins).</p> <p>Realizar testes de controle de qualidade.</p> <p>Para a atuação como Técnico em Farmácia, são fundamentais:</p> <p>Conhecimento das políticas públicas de saúde: organização, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p>Conhecimentos e saberes relacionados aos princípios das técnicas aplicadas à área, sempre pautados numa postura humana e ética.</p> <p>Conhecimentos e saberes relacionados a processos de produção, sustentabilidade e logística.</p> <p>Resolução de situações-problema, comunicação, trabalho em equipe e interdisciplinar, domínio das tecnologias da informação e da comunicação, gestão de conflitos e ética profissional.</p> <p>Organização e responsabilidade.</p> <p>Iniciativa social.</p> <p>Determinação e criatividade, promoção da humanização da assistência.</p> <p>Atualização e aperfeiçoamento profissional por meio da educação continuada.</p>
Técnico em Análises Clínicas	<p>Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 485, de 21 de agosto de 2008</p> <p>BRASIL. Conselho Federal de Farmácia.</p>	<p>O Técnico em Análises Clínicas será habilitado para:</p> <p>Executar, sob a supervisão do profissional responsável de nível superior, processos operacionais necessários ao diagnóstico</p>

Documento assinado. Verifique a autenticidade em:
<https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar?id=B112FCFCB2C6>



2021: 40 anos da força e leveza
da Mulher na Polícia Militar

	<p>Resolução nº 485, de 21 de agosto de 2008. Dispõe sobre o Âmbito Profissional de Técnico de Laboratório de Nível Médio em Análises Clínicas. Diário Oficial da União, DF, nº 188, 29/09/2008, seção 1, p. 137.</p>	<p>laboratorial que compreendam a fase pré-analítica e analítica nos setores da parasitologia, microbiologia, imunologia, hematologia, bioquímica, biologia molecular, toxicologia, de hormônios e líquidos corporais.</p> <p>Operar aparato tecnológico de laboratório de saúde e equipamentos analíticos e de suporte às atividades laboratoriais.</p> <p>Participar de campanhas educativas e incentivar as atividades comunitárias de atenção primária, promovendo a integração entre a equipe de saúde e a comunidade.</p> <p>Recepcionar e cadastrar clientes e exames; realizar processos de coleta, recepção, preparação e análise das amostras, colaborando ainda na investigação e implantação de novas tecnologias biomédicas.</p> <p>Trabalhar de acordo com as normas de biossegurança e qualidade e aplicar as técnicas adequadas no descarte de resíduos de serviços de saúde, protegendo os indivíduos e o meio ambiente.</p> <p>Para a atuação como Técnico em Análises Clínicas, são fundamentais:</p> <p>Conhecimentos das políticas públicas de saúde e compreensão de sua atuação profissional frente às diretrizes, aos princípios e à estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p>Conhecimentos e saberes relacionados aos princípios das técnicas aplicadas na área, sempre pautados numa postura humana, ética e bioética.</p> <p>Capacidade de raciocínio lógico, coordenação motora fina, capacidade de concentração e boa acuidade (percepção) visual.</p> <p>Resolução de situações-problema, comunicação, trabalho em equipe e interdisciplinar, domínio das tecnologias de informação e comunicação, gestão de conflitos e ética profissional.</p>
--	---	---



		<p>Organização e responsabilidade.</p> <p>Iniciativa social.</p> <p>Determinação e criatividade, humanização da assistência.</p> <p>Atualização e aperfeiçoamento profissional por meio da educação continuada.</p>
Auxiliar de Comunicações	<p>Não se exige registro em Conselho profissional. A profissão exige conhecimento de preceitos técnicos específicos para o regular desempenho na atividade, sem acarretar qualquer dano à coletividade.</p> <p>A referência para os requisitos específicos foi o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC). Foram inseridos o maior número de formações possíveis, compatíveis com as atribuições do cargo, para permitir uma concorrência mais ampla.</p>	<p>Atribuições do cargo de Soldado Auxiliar de Comunicações: auxiliar na elaboração de projetos, instalar, configurar, testar e realizar manutenções preventivas e corretivas nos sistemas de telefonia, radiocomunicação, rede de computadores, sistemas de fibra ótica e de videomonitoramento; produzir documentações técnicas e pareceres pertinentes às áreas relacionadas; atuar no desenvolvimento de sistemas; atuar na área de compras, recebimento, armazenamento e distribuição de equipamentos e materiais afetos às áreas relacionadas; elaborar especificações técnicas; executar a atividade orçamentária, financeira e de administração de materiais; avaliar e emitir laudos técnicos.</p>
Armeiro	<p>Não se exige registro em Conselho profissional. A profissão exige conhecimento de preceitos técnicos específicos para o regular desempenho na atividade, sem acarretar qualquer dano à coletividade.</p> <p>A referência para os requisitos específicos foi o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC). Foram inseridos o maior número de formações</p>	<p>Atribuições do cargo de Soldado Armeiro: auxiliar na manutenção de armamentos, equipamentos e apetrechos policiais militares; auxiliar operacionalmente na aquisição, recebimento, estocagem e distribuição de peças, acessórios e agregados, de equipamentos, armamentos e apetrechos policiais militares; auxiliar operacionalmente na aquisição, recebimento, estocagem e fabricação de munições recarregadas; auxiliar em serviços administrativos gerais; auxiliar de forma geral na logística de materiais bélicos (armamentos, equipamentos e apetrechos policiais militares) e afins; alienar material inservível relativo a armamentos e equipamentos policiais; elaborar</p>

Documento assinado. Verifique a autenticidade em:

<https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar?id=B112FCFCB2C6>



2021: 40 anos da força e leveza
da Mulher na Polícia Militar

	possíveis, compatíveis com as atribuições do cargo, para permitir uma concorrência mais ampla.	especificação técnica do material pertencente a sua área de atuação; executar a atividade orçamentária, financeira e de administração de materiais; avaliar e emitir laudos técnicos de armamento, equipamento e apetrechos; realizar testes específicos em armamentos e equipamentos operacionais e prestar apoio técnico nas questões de manutenção de armamento.
Auxiliar de Motomecanização de viaturas	<p>Não se exige registro em Conselho profissional. A profissão exige conhecimento de preceitos técnicos específicos para o regular desempenho na atividade, sem acarretar qualquer dano à coletividade.</p> <p>A referência para os requisitos específicos foi o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC). Foram inseridos o maior número de formações possíveis, compatíveis com as atribuições do cargo, para permitir uma concorrência mais ampla.</p>	Atribuições do cargo de Soldado Auxiliar de Motomecanização de viaturas: executar a manutenção de veículos (viaturas), nos escalões previstos no Manual de Gerenciamento da Frota da PMMG; atuar como motorista de viaturas e no posto de abastecimento da PMMG; atuar no serviço de auxiliar de transporte da Seção de Motomecanização e em funções administrativas na sua unidade; auxiliar de compras nas aquisições, recebimento, estocagem e distribuição de peças, acessórios e agregados, de equipamentos de viaturas policiais; auxiliar de forma geral na logística de viaturas, manutenção e afins.

Observação 3: *Apresente a legislação que definiu as especialidades previstas pelo Edital n. 07/2021: Técnico em Enfermagem, Técnico em Farmácia, Técnico em Saúde Bucal, Auxiliar de Comunicações, Armeiro e Auxiliar de Motomecanização de Viaturas. Subitem 2.2.2, “c”, do relatório técnico.*

Esclarecimento:

Inicialmente, cumpre esclarecer que o cargo oferecido pelo edital é único, qual seja, o de Sd de 2ª Classe do Quadro de Praças Especialistas da PMMG (QPE-PM). O quadro é estabelecido no art. 13, §1º, inc. IV, da Lei 5.301, e a quantidade de vagas para o quadro está atualmente estabelecida na 22.415/2016 com atualização dada

Documento assinado. Verifique a autenticidade em:

<https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar?id=B112FCFCB2C6>



2021: 40 anos da força e leveza
da Mulher na Polícia Militar

pelo Decreto nº 48085/2020. A subdivisão do quadro em especialidades, que era trazida de maneira expressa na lei anterior, passou a não ser mais definida dessa maneira após a atualização dada pela Lei 22.415/2016, o que foi feito para permitir ao Comando da PMMG, de acordo com a necessidade Institucional, definir as especialidades que seriam selecionadas para integrar ao QPE por meio do competente concurso público conforme esclarecido no item anterior.

Observação 4: *Apresente esclarecimentos acerca do envio intempestivo do Edital n. 007/2021 a este Tribunal. Subitem 2.4 do relatório técnico.*

Esclarecimento:

Em 25 de maio de 2021, antes da publicação de qualquer ato referente à realização do certame, foi realizada uma reunião com a participação do Coronel PM Rodrigo Piassi do Nascimento, Diretor de Recursos Humanos da PMMG e os Exmos. Senhores José Alves Viana, Conselheiro Presidente, Paulo Henrique Figueiredo, Diretor Geral do TCE e Virgílio Carneiro dos Santos, Assessor do Gabinete da Presidência.

Na oportunidade foi apresentado um ofício pelo Diretor de Recursos Humanos da PMMG, no qual era demonstrada a necessidade de recomposição do efetivo da PMMG por meio da realização de novos concursos públicos. Foram apresentados os dados referentes à projeção de evasão do efetivo da PMMG para os próximos anos, a necessidade de adoção de medidas para evitar grave prejuízo à segurança e à ordem pública, em especial as ações de prevenção e combate à Pandemia de Covid-19. Destacou-se ainda a possibilidade de que o Estado de Minas Gerais venha a aderir, ainda esse ano, ao regime de recuperação fiscal, o que pode inviabilizar a realização de novos concursos públicos nos próximos anos.

A urgência na recomposição do efetivo da Polícia Militar impôs à instituição a necessidade de reduzir substancialmente o prazo de execução dos certames. Tal condição somente seria possível de ser alcançada com a compreensão e o apoio da Corte de Contas do Estado, o que motivou a realização da reunião e a apresentação do pedido de flexibilização do prazo regulamentar estabelecido na Instrução Normativa nº 05/2007 do TCEMG, havendo os participantes compreendido a importância do apoio do TCE na difícil missão de entregar ao povo mineiro novos policiais militares no menor tempo possível, obviamente sem prejuízo da observância às normas que regem a realização dos concursos públicos. Desta feita, o senhor Conselheiro Presidente aquiesceu ao pedido, tendo dispensado a entrega do ofício, instruindo que o edital fosse inserido no sistema FISCAP imediatamente para análise em paralelo pelo TCE enquanto transcorressem as devidas fases do certame.



Por fim, em complementação às justificativas já apresentadas no Relatório do Processo que não verificou irregularidade na ausência de vagas reservadas à portadores de deficiências, informamos que o Curso de Formação de Soldados a que se submetem os integrantes do QPE é exatamente o mesmo curso ao qual se submete o Soldado do QPPM. Isso ocorre justamente porque o militar do QPE atua com frequência na atividade finalística da Instituição, que é o policiamento ostensivo e o atendimento à comunidade, portanto deve estar tão preparado quanto qualquer outro policial para exercer a atividade operacional. Grande parte das operações preventivas e de reforço ao policiamento ordinário é realizada hoje por militares do QPE que atuam rotineiramente em eventos e em operações preventivas.

Sendo essas as informações para o momento, agradecemos a compreensão e o apoio que dispensados pelo TCE MG e permanecemos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Rodrigo Piassi do Nascimento, Cel PM
Diretor de Recursos Humanos



Documento assinado em 29/07/2021 14:47:39 por RODRIGO PIASSI DO NASCIMENTO, CORONEL PM - DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS. Conforme §1º do art. 6º do Decreto Estadual n. 47.222/2017 e Resolução n. 4.520/2016-PMMG, para verificar a autenticidade escaneie o QrCode ao lado, ou acesse <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar> e informe o código: B112FCFCB2C6



2021: 40 anos da força e leveza
da Mulher na Polícia Militar